



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- REQUERIMENTO Número /XII (.ª)
- PERGUNTA Número /XII (.ª)

Assunto: Quatro trabalhadores com os salários em atraso numa empresa de cortiça em Santa Maria da Feira

Destinatário: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A empresa corticeira “20 linhas transformação de cortiça”, situa-se na zona industrial do Pousado, Rio Meão, Concelho de Santa Maria da Feira, onde laboram outras duas empresas: A Cork Link e a DiscoRolhas.

Estas três empresas laboram no comércio, produção e transformação de cortiça e os seus administradores têm relações familiares entre si.

Na passada sexta-feira as quatro trabalhadoras da empresa 20 linhas manifestaram-se em frente à empresa reclamando salários de dezembro, novembro e todo o subsídio de natal em atraso.

As trabalhadoras trabalham nesta empresa há cerca de 14 anos. Sabemos que a administração da empresa 20 linhas tentou que as trabalhadoras passassem para outra empresa que labora nas mesmas instalações, mas sem lhes dar o direito de antiguidade, tal como está previsto no código de trabalho.

As trabalhadoras e bem, recusaram abdicar dos seus direitos e a partir dessa altura a empresa começou atrasar o pagamento dos salários, chegando à situação actual.

Temos a informação que neste pavilhão ocorre trabalhos realizados sem vinculo laboral e que esta empresa não cumpre com as normas de segurança e saúde previstas na legislação.

Apesar dos salários em atraso, o dono da empresa continua a demonstrar sinais exteriores de riqueza, o que entra em contradição com a narrativa construída por ele que não tem capacidade económica para regularizar os salários em atraso.

Este tipo de prática é intolerável e demonstrativa de uma impunidade total que revela uma



necessidade urgente de rever a legislação laboral.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes questões:

1. Tem o governo conhecimento desta situação?
2. Que medidas pretende o governo desencadear para que este problema seja resolvido de imediato, para que sejam regularizados os salários em atraso?
3. Quantas ações inspectivas foram realizadas nesta empresa pela Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT)? E quais as conclusões?
4. Perante a actual situação vai o governo solicitar à ACT uma acção inspectiva à empresa 20 linhas e às relações que mantém com as outras empresa que laboram no mesmo pavilhão?
5. Esta empresa tem dívidas à segurança social e às finanças?
6. Sabe o governo informar se nas instalações desta empresa são realizados trabalhos por trabalhadores sem qualquer vínculo?

Palácio de São Bento, 12 de janeiro de 2018.

O deputado
Moisés Ferreira